



Recomendações para
a consolidação do
Plano Estadual

AMAZÔNIA AGORA

para o horizonte de

2030



AGRADECIMENTOS

Copyright © UNDP 2021

Autores: Frederico Brandão (CIFOR-ICRAF); Teresa Moreira (The Nature Conservancy); Francisco Fonseca (The Nature Conservancy)

Capa e Projeto gráfico: Marcelo Almeida
Foto da Capa: Miguel Pinheiro/CIFOR, Haroldo Palo Jr. e Ronaldo Rosa

Citação sugerida: Brandão, F., Moreira, T., Fonseca, F. Recomendações para a consolidação do Plano Estadual Amazônia Agora para o horizonte de 2030. Belém-PA: The Nature Conservancy (TNC), Center for International Forestry Research (CIFOR) e World Agroforestry (ICRAF), 2021. 86 pp.

Realização:



Apoio:



Gostaríamos de deixar expresso o nosso agradecimento a René Pocard (Cirad), Andrew Miccolis (Icraf), Ima Vieira (MPEG), Roberto Porro (Embrapa), Joyce Ferreira (Embrapa), Edenise Garcia (TNC), Karen Oliveira (TNC), Guilherme Carvalho (Aimex), Tuxati Parkatêjê (Fepipa), Puyr Tembê (Fepipa) e Mateus Fernandes (Fepipa) pelas valiosas contribuições na revisão do documento. Agradecemos também ao Ipam, nomeadamente a Gabriela Savian, Ane Alencar, Edivan Carvalho e Isabel Castro, pela contribuição na sistematização e análise dos dados de desmatamento. Este documento foi fundamentado e fortalecido por meio de consultas com vários representantes de instituições governamentais, acadêmicas e da sociedade civil, nomeadamente Edel Moraes (CNS), Marcela Paranhos (IDH), Daniela Mariuzzo (IDH), Julia Moretti (Cofco International), Manuel Guariguata (Cifor), Pablo Pacheco (WWF), Felipe Sudre (Bunge), Jens Hammer (Mondelez), Diego Di Martino (ADM), Rodrigo Freire (TNC), Jailson Sousa-Filho (TNC), Julie Messias (Sedam-Rondônia), Moisés Mourão (Embrapa), Bruno Marianno (Earthworm Foundation), Lise Tupiassu (UFPA), Brenda Brito (Imazon), Raoni Rajão (UFMG), Lourival Ribeiro (Sedeme), Heloisa Figueiredo (Sedap), Andrea Coelho (Semas), Wendell Andrade (Semas), Haydé Marinho (Semas), Kléber Perotes (Ideflor-Bio) e Carlos Aragon (GCF Task Force). Um especial agradecimento às equipes de Icraf e TNC pelo apoio técnico e logístico na realização deste documento, em particular a Maya Terra (Icraf) e Grazielle Dib (TNC). Agradecemos também ao Programa de Pesquisa do CGIAR sobre Florestas, Árvores e Agroflorestas pelo apoio institucional e financeiro. Finalmente, gostaríamos de expressar o nosso reconhecimento ao governo norueguês pelo apoio financeiro que tornou este trabalho possível e ao Pnud, em especial a Alexis Arthur, pelo entusiástico suporte institucional, que nos inspirou a fazer mais e melhor.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este relatório oferece um conjunto de **6 recomendações gerais** e **50 recomendações específicas** direcionadas para a consolidação e o fortalecimento do **Plano Estadual Amazônia Agora**. O Plano é uma iniciativa liderada pelo Governo do Estado do Pará, apresentada publicamente pela primeira vez em Madrid, durante a 25ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP25), em dezembro de 2019, e vem sendo estruturada e complementada ao longo do ano de 2020.

A estrutura do Plano Estadual Amazônia Agora é composta por quatro pilares estratégicos: (1) Força Estadual de Combate ao Desmatamento, que visa atuar na repressão da ilegalidade ambiental; (2) Política de Atuação Integrada de Territórios Sustentáveis, cujo objetivo é promover um modelo de desenvolvimento sustentável em regiões prioritárias do estado do Pará; (3) Programa de Regularização Fundiária e Ambiental – Regulariza Pará, que pretende avançar na regularização fundiária e ambiental; e (4) Fundo Amazônia Oriental, que pretende assegurar o financiamento no longo prazo para os primeiros três pilares. Esse Plano e os seus respectivos quatro pilares são a base da estratégia paraense de desenvolvimento socioeconômico de baixas emissões.

Este relatório pretende ser um insumo para **fomentar o necessário debate qualificado** junto à sociedade paraense, uma vez que o sucesso de qualquer estratégia de desenvolvimento de longo prazo depende em boa medida da discussão, apropriação e engajamento efetivo dos principais atores sociais.

As 6 recomendações gerais e 50 recomendações específicas apresentadas ao longo deste texto foram desenhadas com a intenção de aproveitar, sempre que possível, experiências e mecanismos existentes e soluções pautadas em discussões e processos em curso dentro do governo, especialmente nas discussões associadas ao Plano Estadual Amazônia Agora. Elas se sustentam em princípios importantes, como evitar duplicações e redundâncias associadas a longos processos de discussão ou a falta de articulação entre diferentes estruturas governamentais. As recomendações aqui propostas estão conectadas entre elas de forma clara, sugerindo um caminho explícito de consolidação e fortalecimento do Plano Estadual Amazônia Agora com base em uma proposta assente na regionalização, na participação social e no alinhamento com mecanismos de REDD+ e de cadeias de valor. Contudo, essas recomendações foram desenhadas para serem válidas e úteis caso a sua implementação seja feita de forma isolada ou parcial por diferentes órgãos.

As recomendações aqui propostas são subsídios técnicos e científicos que se destinam a gestores públicos, mas também a atores da sociedade civil e do setor privado, uma vez que o desafio de fortalecer a agenda de desenvolvimento sustentável no estado é enorme e requer esforços transversais. As recomendações baseiam-se na síntese do conhecimento acumulado ao longo de várias décadas de experiências e de contribuições teóricas e práticas de um conjunto amplo de pessoas e organizações.

RECOMENDAÇÃO GERAL 1: FORTALECER A GOVERNANÇA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA REFLETIR AS ASPIRAÇÕES DA POPULAÇÃO PARAENSE

A Recomendação Geral 1 foca nos temas da **governança e participação social**. A ideia principal é que o modelo desenhado e implementando no Pará deve refletir as aspirações e a diversidade da população paraense. Especial atenção é dedicada à importância de **reconhecer os direitos diferenciados a povos indígenas, povos e comunidades tradicionais** e estimular o seu envolvimento no desenho, execução e acompanhamento das políticas estaduais.

- Tornar o processo de participação social mais efetivo através de fusões ou reestruturações de instâncias de participação.
- Criar grupos de trabalho no Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática para acompanhar a implementação dos quatro pilares do Plano Estadual Amazônia Agora.
- Reestruturar o FPMAC com maior equilíbrio na participação de sociedade civil organizada no Plenário.
- Priorizar a temática da equidade e igualdade de gênero nos espaços de participação social.
- Incluir o Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural Sustentável como instância consultiva do Plano Estadual Amazônia Agora.
- Descentralizar e fortalecer a discussão e a participação social nos territórios através de instâncias regionais.
- Criar um sistema de monitoramento de metas e outros indicadores de progresso.
- Criar indicadores de gênero vinculados ao desenho e implementação do Plano Estadual Amazônia Agora.
- Contabilizar e disponibilizar todo o investimento estadual direcionado para a temática de mudanças climáticas.
- Instituir um órgão hierarquicamente superior à Semas para a coordenação do Plano Estadual Amazônia Agora.
- Dar força de lei ao Plano Estadual Amazônia Agora ou a alguns dos seus pilares.
- Instituir e fortalecer estratégias de longo prazo nas principais secretarias.

RECOMENDAÇÃO GERAL 2: APRIMORAR OS PILARES DE COMANDO E CONTROLE E ORDENAMENTO TERRITORIAL COM BASE NA ANÁLISE DAS CAUSAS DO DESMATAMENTO

A Recomendação Geral 2 sugere **alinhar os pilares de comando e controle e ordenamento territorial** com base na análise das **causas do desmatamento**. É dada relevância, entre outros, aos **assentamentos de reforma agrária, à grilagem de terra e à redução dos conflitos socioambientais**.

- Viabilizar a presença ostensiva do poder público e acentuar ações de repressão.
- Investir em investigação criminal e no combate ao crime organizado com foco na grilagem de terra.
- Apoiar e fortalecer iniciativas setoriais da pecuária, grãos e madeira.
- Desenvolver uma estratégia de regularização ambiental e fundiária e de apoio ao fomento e assistência técnica e extensão rural para assentamentos de reforma agrária.
- Criar um comitê técnico de monitoramento do processo de regularização fundiária em propriedades privadas
Esse comitê, sob a supervisão do Iterpa e com participação do Ministério Público Estadual, deve garantir o cumprimento da lei e a garantia das salvaguardas socioambientais necessárias.
- Fortalecer unidades de conservação estaduais.
- Criar um comitê técnico para acompanhamento das questões agrárias e fundiárias envolvendo territórios indígenas e unidades de conservação.
- Definir uma estratégia para as florestas públicas não destinadas no Pará.
- Clarificar as competências e fortalecer a estrutura interna dos pilares focados no comando e controle e regularização.

RECOMENDAÇÃO GERAL 3: ESTRUTURAR O TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS COMO EIXO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

A Recomendação Geral 3 discute as questões de **desenvolvimento sustentável** e apresenta um conjunto de recomendações detalhadas para o pilar econômico da estratégia governamental. Essas recomendações se consubstanciam no entendimento das relações entre **agricultura, floresta e desmatamento** e na análise do **tipo de instrumentos** disponíveis para promover efetivamente desenvolvimento, minimizando eventuais impactos negativos.

- Evitar a sobreposição e redundância do Territórios Sustentáveis com outros programas de desenvolvimento no estado.
- Alinhar as estratégias estaduais para cadeias produtivas na estrutura do Territórios Sustentáveis.
- Apoiar a discussão final e aprovação das Políticas de Manejo Comunitário e de Agroecologia.
- Utilizar o Territórios Sustentáveis como dinamizador e articulador das várias iniciativas na estrutura do estado, com o foco em territórios específicos.
- Apoiar agricultores familiares, médios e grandes proprietários com base no incentivo inteligente.
- Apoiar povos indígenas, povos e comunidades tradicionais com base em incentivos individuais.
- Estruturar o Territórios Sustentáveis em torno de quatro subprogramas através de planos de desenvolvimento territorial participativos.
- Criação de uma estrutura externa ao governo para a gestão do Territórios Sustentáveis.

RECOMENDAÇÃO GERAL 4: INICIAR UM PROCESSO DE INTERVENÇÃO REGIONALIZADA COM FOCO NA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS CONCRETOS DOS TERRITÓRIOS E DA SUA POPULAÇÃO

A Recomendação Geral 4 discute as questões relacionadas à **regionalização** e à necessidade de **priorizar** determinados territórios como estratégia para enfrentar os problemas de forma mais efetiva em um estado tão vasto como o Pará. Essa discussão retoma a importância do papel dos **zoneamentos**, em particular do **Zoneamento Ecológico-Econômico**, como instrumentos para facilitar a abordagem territorial.

- Adotar as 12 regiões de integração como modelo de regionalização da estrutura do Governo do Estado.
- Aproveitar as lições aprendidas e instrumentos de experiências passadas de regionalização.
- Estruturar Planos de Desenvolvimento Territorial Participativos em unidades territoriais sub-regionais.
- Evitar a dispersão de esforços e priorizar regiões críticas.
- Incluir ao Territórios Sustentáveis quatro subprogramas: agricultura familiar, territórios indígenas, unidades de conservação e agropecuária intensiva.
- Regionalizar a estrutura do Fundo Amazônia Oriental para incentivar a competição por resultados entre regiões.
- Atualizar os zoneamentos estaduais e incorporação das suas diretrizes de planejamento.

RECOMENDAÇÃO GERAL 5: DESENVOLVER O PLANO ESTADUAL AMAZÔNIA AGORA PARA A ESTRUTURAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE REDD+ JURISDICIONAL

A Recomendação Geral 5 agrega as discussões relacionadas a **REDD+**, o mecanismo global de transferência de recursos financeiros a países em desenvolvimento baseados em resultados de redução de emissões no setor florestal, especificamente as relacionadas à redução de desmatamento. Propõe-se a ideia de alinhar o Plano Estadual Amazônia Agora aos mecanismos de REDD+, especialmente no nível subnacional (estado), como, por exemplo, ao **Programa REDD Early Movers (REM)**.

- Iniciar um processo de negociação de salvaguardas socioambientais no nível estadual.
- Acelerar o processo de candidatura ao programa REDD Early Movers e debater a implementação do standard Trees.
- Alinhar os mecanismos de repartição de benefícios dos programas de REDD+ à estrutura de subprogramas do Territórios Sustentáveis.
- Alinhar o sistema de Monitoramento, Relato e Verificação (MRV) e os indicadores de progresso das salvaguardas à estrutura do Plano Estadual Amazônia Agora.
- Estruturação jurídica do Fundo Amazônia Oriental para cumprir os requisitos necessários para receber recursos de REDD+.
- Assegurar a transparência de todos os processos de participação.
- Acelerar a disponibilização dos recursos do Green Climate Fund por meio do programa Floresta +.

RECOMENDAÇÃO GERAL 6: ALINHAR O PLANO ESTADUAL AMAZÔNIA AGORA COM AS DINÂMICAS DE MERCADO INTERNACIONAIS

A Recomendação Geral 6 introduz o tema dos **mercados** e das **cadeias de valor**. Nos últimos anos, houve uma mudança significativa no comportamento do setor privado em relação aos impactos socioambientais das suas cadeias de suprimentos. Várias centenas de grandes empresas têm instituído um conjunto de **compromissos de desmatamento zero** e os respectivos instrumentos que podem oferecer oportunidades ao estado do Pará.

- Declarar publicamente o objetivo do Pará desvincular desmatamento de produção das suas principais commodities até 2030.
- Apoiar as iniciativas setoriais existentes da pecuária, grãos e madeira.
- Atrair investidores que queiram se tornar campeões de sustentabilidade.
- Reativar a discussão da criação da marca Pará ou de outros mecanismos de certificação.
- Apoiar iniciativas e padrões de certificação em vigor.
- Avançar para um sistema de zonas livres de desmatamento.
- Incentivar a captação de recursos privados para o Fundo Amazônia Oriental.



Apoio:



Secretaria de
Meio Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO
ESTADO DO PARÁ

